

# IFSul

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

## SIASS 0261

EDUCAÇÃO  
PÚBLICA  
**100%**  
GRATUITA

### SISTEMA INTEGRADO DE ATENÇÃO A SAÚDE DO SERVIDOR

LEGISLAÇÃO REFERENTE A LICENÇAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE JUNHO 2015



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SUL-RIO-GRANDENSE



### Licença para tratamento da saúde

<b>Da concessão</b>	Será concedida ao servidor licença para tratamento da saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração.
<b>Início da licença</b>	O início da licença corresponde à data do início do afastamento do servidor de suas atividades laborais, independentemente da jornada de trabalho.
<b>Período considerado como efetivo exercício</b>	24 (vinte e quatro) meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço prestado a União, em cargo de provimento efetivo;
<b>Período considerado para efeito de aposentadoria e disponibilidade</b>	Período após o os 24 (vinte e quatro) meses de licença.
<b>Modalidades de Perícia Oficial em saúde</b>	<u>Perícia Oficial Singular em Saúde</u> : perícia oficial em saúde realizada por apenas um médico ou um cirurgião-dentista; <u>Junta Oficial em Saúde</u> : perícia oficial em saúde realizada por grupo de três médicos ou de três cirurgiões-dentistas.
<b>Competência da concessão</b>	<u>Perícia Oficial Singular em Saúde</u> : licenças que não excederem o prazo de cento e vinte dias no período de doze meses a contar do primeiro dia de afastamento; <u>Junta Oficial em Saúde</u> : licenças que excederem cento e vinte dias no período de doze meses a contar do primeiro dia de afastamento;
<b>Motivo de dispensa da perícia oficial</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Licenças com período inferior a 5 (cinco) dias consecutivos;</li><li>▪ Licenças cuja soma a outras licenças para tratamento de saúde (motivo de doença em pessoa da família e própria saúde), gozadas nos doze meses anteriores seja inferior a 15(quinze dias).</li></ul> Obs.: a) A dispensa da perícia oficial fica condicionada à apresentação de atestado médico ou odontológico. b) Atestados médicos e odontológicos para a justificativa de licenças por motivo de acidentes de serviço e doença profissional devem ser submetidos à perícia oficial independentemente do quantitativo de dias de licença.
<b>Requisitos do atestado</b>	Deverá constar no atestado: 1) A identificação do servidor; 2) A identificação do profissional emitente e o registro deste no conselho de classe; 3) O código da Classificação Internacional de Doenças - CID ou diagnóstico; 4) Tempo provável do afastamento; 5) Local e data. Obs.: Ao servidor é assegurado o direito de não autorizar a especificação do diagnóstico em seu atestado, hipótese em que deverá submeter-se à perícia oficial, ainda que a licença não exceda o prazo de cinco dias.

<b>Atestado em desacordo com as regras estabelecidas em lei</b>	Caso o atestado não atender os requisitos legais, o servidor deverá se submeter a exame pericial, ainda que se trate de atestados inferiores ou iguais a cinco dias.
<b>Prazo para apresentação do atestado no caso de dispensa da perícia oficial</b>	Deverá ser entregue no prazo máximo de cinco dias contados da data do início do afastamento do servidor. Obs.: Será caracterizada como falta ao serviço a não apresentação do atestado no prazo estipulado, salvo por motivo justificado.
<b>Local de entrega do atestado</b>	O atestado deverá ser apresentado à unidade competente do órgão ou entidade.
<b>Prazo para solicitação de perícia oficial</b>	5 (cinco) dias, contados da data do afastamento.
<b>Impossibilidade de locomoção do servidor para realização da perícia</b>	Caso não seja possível a deslocamento do servidor até o local da avaliação pericial, essa será realizada no estabelecimento hospitalar onde ele se encontrar internado ou em domicílio.
<b>Comunicação da conclusão do exame pericial</b>	Será feita através de laudo pericial de licença para tratamento de saúde, que será impresso e entregue ao servidor.
<b>Resultados da conclusão pericial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Se exigir reavaliação da capacidade de trabalho, o servidor deverá retornar à perícia na data agendada, antes do término da licença, com os documentos solicitados;</li> <li>b) No caso de haver prorrogação da licença para tratamento de saúde, será emitido um novo “laudo de licença para tratamento de saúde”;</li> <li>c) Caso não se configure mais a limitação de saúde, a perícia emitirá laudo de reassunção fixando a data do retorno ao trabalho.</li> </ul>
<b>Comparecimento em consulta de saúde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não gera licença, devendo ser comprovado por meio de declaração de comparecimento pelo profissional assistente.</li> <li>• A declaração de comparecimento deve ser tratada como justificativa de afastamento, ficando a critério da chefia imediata do servidor a sua compensação de horário conforme a legislação em vigor.</li> </ul>
<b>Considerações Finais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando necessário o servidor será encaminhado para avaliação pela equipe multidisciplinar;</li> <li>• O servidor que apresentar indícios de lesões orgânicas ou funcionais será submetido à avaliação periódica;</li> <li>• O servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, será punido com suspensão de até 15 dias. Os efeitos da penalidade cessam uma vez cumprida a determinação;</li> <li>• O servidor que julgar-se apto a retornar à atividade, no curso da licença, solicitará a unidade de atenção à saúde do servidor o reexame do seu caso e será submetido a exame pericial;</li> <li>• Licença concedida dentro de 60 dias do término da outra da mesma espécie será considerada prorrogação, independentemente do diagnóstico.</li> </ul>

**Fundamentação:**

Lei 8.112, de 1990, Diário Oficial da União de 12/12/1990

Decreto 7.003, de 2009, Diário Oficial da União de 10/11/2009

Orientação Normativa SRH/MP nº 03/2010, Diário Oficial da União de 24/02/2010

Manual de Perícia em Saúde do Servidor Público Federal, instituído pela Portaria nº 792/2010, Diário Oficial da União de 23/03/2010.



## Licença por motivo de doença em pessoa da família

### Servidor Público Federal

<b>Concessão</b>	<b>Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença em pessoa da família. (Art.83 da Lei nº 8.112/1990)</b>
<b>Competência</b>	Perícia oficial singular em saúde ou junta médica oficial.
<b>Pessoa da família</b>	Para efeito de concessão, considera-se pessoa da família: (Redação dada pela Lei 11.907/2009) <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Cônjuge ou companheiro</li><li>▪ Pais, padrasto ou madrastra</li><li>▪ Filhos, enteados</li><li>▪ Dependente que viva à suas expensas e conste no assentamento funcional do servidor</li></ul>
<b>Deferimento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ A licença somente será deferida se a assistência pessoal do servidor for indispensável e não puder ser prestada, simultaneamente, com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário. (Redação dada pela Lei (9.527/1997)</li><li>▪ Sempre que possível deverá ser realizada avaliação psicossocial para subsidiar essa decisão.</li></ul>
<b>Períodos</b>	A licença poderá ser concedida nas seguintes condições: (incluído pela Lei 12.269/2010) <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Por até sessenta (60) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor</li><li>▪ Por até noventa (90) dias, consecutivos ou não, sem remuneração</li><li>▪ A soma das licenças concedidas (remuneradas e não remuneradas), incluindo suas prorrogações, não pode ultrapassar os limites estabelecidos acima, dentro de um período de 12 meses.</li></ul>
<b>Dispensa de perícia oficial</b>	Esta licença poderá ser dispensada de perícia, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos: (Decreto nº 7003/2009) <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Não ultrapasse o período de três (3) dias corridos</li><li>▪ Seja inferior a quinze (15) dias, somada a outras licenças, gozadas nos doze meses anteriores.</li><li>▪ Seja apresentado, no prazo máximo de cinco (5) dias do início do afastamento, o atestado médico ou odontológico.</li><li>▪ No atestado deverá constar a identificação do servidor, do dependente a ser acompanhado e do profissional emitente, o registro deste no conselho de classe, o código da Classificação Internacional de Doenças - CID ou diagnóstico e o tempo provável de afastamento.</li></ul>
<b>Realização de perícia oficial</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Caso o atestado ultrapasse três (3) dias corridos</li><li>▪ Caso a soma das licenças ultrapasse (15) quinze dias</li><li>▪ Caso o prazo de entrega do atestado exceda os cinco (5) dias</li><li>▪ No caso de o atestado não atender às regras estabelecidas</li><li>▪ Caso o servidor opte por não especificar o diagnóstico de seu dependente no atestado, ainda que se trate de atestado inferior ou igual a três (3) dias.</li></ul>
<b>Não será concedida</b>	Não há previsão legal para concessão da referida licença para servidores ocupantes de cargos comissionados sem vínculo com o órgão público, os contratados por tempo determinado e os empregados públicos



**Licença por motivo de acidente em serviço ou doença profissional**

**Arts. 211 a 214 da Lei 8.112/90**

<b>CONCEITO</b>	Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido, provocando lesão corporal ou perturbação funcional ou que possa causar a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.
<b>COMPETÊNCIA</b>	Perícia oficial singular ou junta oficial em saúde, dependendo do período de afastamento.
<b>PRAZO DA PROVA</b>	Prazo de 10 dias, prorrogável se necessário. (Art. 214, lei 8.112/90)
<b>EQUIPARAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• O dano decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo;</li><li>• O dano sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa;</li><li>• Os danos sofridos, fora do local e horário de serviço, na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado às atribuições do servidor ou de qualquer serviço à união;</li><li>• Os danos em viagem a serviço, inclusive para estudo, com ônus ou com ônus limitado, independente do meio de locomoção;</li><li>• Os acidentes ocorridos nos períodos destinados à refeição ou descanso, estando o servidor no cumprimento de sua jornada de trabalho;</li></ul>
<b>NÃO SERÃO EQUIPARADOS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• As doenças degenerativas</li><li>• As doenças inerentes a grupo etário</li><li>• As doenças endêmicas adquiridas por habitante de região em que elas se desenvolvam;</li></ul>

<b>COMUNICAÇÃO</b>	<p>Todo e qualquer acidente de trabalho, que provoque ou não lesões no servidor, deverá ter registro obrigatório, mediante formulário de Comunicação de Acidente de Trabalho do Serviço Público – CAT/SP.</p>
<b>AFASTAMENTO</b>	<p>Por motivo de acidente em serviço ou doença profissional, os servidores devem ser submetidos à perícia oficial em saúde, independentemente do quantitativo de dias de licença.</p>
<b>CARGOS EM COMISSÃO, SEM VÍNCULO EFETIVO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, CONTRATADOS POR TEMPO DETERMINADO, EMPREGADOS PÚBLICOS ANISTIADOS</b>	<p>Quando vitimados por acidente de trabalho, deverão ser encaminhados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a partir do 15º dia de afastamento do trabalho.</p>
<b>LICENÇAS</b>	<p>As licenças por acidente em serviço serão realizadas por perícia singular por até 120 dias no período de 12 meses a contar do primeiro dia de afastamento, e a partir de então, através de junta médica oficial.</p>
<b>EXCEÇÃO</b>	<p>O servidor que necessite de tratamento especializado que não exista em instituição pública, poderá ser tratado em instituição privada à custa de recursos públicos, desde que constatada a necessidade por junta oficial em saúde. Art. 213, Lei 8.112/90</p>
<b>SÃO TAMBÉM CONSIDERADOS ACIDENTES EM SERVIÇO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doença proveniente de contaminação acidental no exercício das atribuições;</li> <li>• Acidente sofrido no local e no horário do trabalho, em consequência de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro;</li> <li>• Ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;</li> <li>• Ato de imprudência, negligência ou imperícia de terceiro ou de companheiro;</li> <li>• Desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.</li> </ul>